

AP
BU

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA 2025

----- Ao vigésimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco pelas vinte horas e cinco minutos, teve lugar no edifício sede da Junta de freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a primeira sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha de 2025, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e Secretariada por Ângela de Fátima Pereira Borges Pires.-----

----- Foi apresentado por Ana Maria Gomes Codorniz Costa, do grupo do PSD, um pedido de substituição enquanto membro da Assembleia de Freguesia, por motivo de ausência inferior a 30 dias. No lugar desta, compareceu o elemento seguidamente posicionado na ordem da respetiva lista Diliansa Parreira Pacheco. --- Foi apresentado por Francisco Pontes Luís de Melo, do partido Socialista, um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias.-----

----- Foi apresentado por Patrícia de Fátima Vieira Rocha Martins Melo, do partido Socialista, um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias. No lugar desta, compareceu Wendy Mary Toste Ferreira Vieira, na qualidade de cidadã posicionada imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

----- Foram verificadas as identidades dos presentes, pelo Presidente da Assembleia.-----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia propôs à Assembleia que na ausência de Ana Costa a função de 1ª secretária fosse desempenhada por Ângela Pires e de 2º secretário pelo membro da Assembleia Rui Miranda. Não havendo nada a opor pelos presentes, o Presidente da Assembleia prosseguiu a sessão com a chamada dos membros eleitos presentes, a saber:-----

----- Pelo grupo do partido social-democrata: -----

----- João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima -----

----- Ângela de Fátima Pereira Borges Pires -----

----- Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

----- Marília de Fátima Meneses Soares Luís -----

----- Diliansa Parreira Pacheco -----

----- Pelo grupo do partido socialista:-----

----- José Élio Valadão Ventura-----

----- Emília Pires Gaspar-----

----- António Gonçalves Toste Parreira-----

----- Wendy Mary Toste Ferreira Vieira -----

----- Pela Junta Freguesia da Ribeirinha: -----

----- Alberto Gonçalves de Melo -----

----- Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

----- João Davide Pires Leal -----

-----Período antes da ordem do dia-----

----- O Presidente da Assembleia informou que a Ata da Assembleia de Freguesia da quarta sessão ordinária de 2024, remetida por *email* a todos os elementos da Assembleia, obteve concordância



prévia, sendo esta levada agora a votação e obtido aprovação por unanimidade. O mesmo sucedeu com a ata da reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia, datada de quinze de janeiro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia referiu ainda que a secretária da mesma, responsável pela elaboração das atas supracitadas, encontrava-se ausente da ilha e, desta forma, impossibilitada de as assinar. Salientou que quando a mesma regressar à Ilha Terceira assinará, então, as referidas atas, ficando as mesmas, oportunamente, disponíveis no site da Junta.-----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia referiu não haver correspondência recebida ou expedida pela Assembleia de Freguesia, excetuando-se a convocatória para a presente reunião. Sendo assim, abriu as inscrições para a colocação de questões relacionadas com a administração da Junta de Freguesia. -----

----- José Élio Ventura começou por questionar o Executivo da Junta relativamente à comemoração do Dia da Freguesia, pretendendo saber o que está previsto realizar-se, para que eventos os elementos da Assembleia se encontram convidados e quais as pessoas que se encontram oficialmente e não oficialmente convidadas. Lembra que a inauguração do azulejo no Largo da Fonte, no passado, foi uma surpresa para muitas pessoas e teve vários convidados surpresa. -----

----- Alberto Melo respondendo referiu que a Freguesia da Ribeirinha comemora quatrocentos e cinquenta e sete anos. Integrado na comemoração do Dia da Freguesia, no dia vinte e seis de abril, pelas vinte e uma horas haverá lugar ao lançamento do livro “Ribeirinha – Freguesia Taurina”, de José Paulo Lima e Edgardo Vieira, no salão “Casa da Lata”. Para esta apresentação foram convidadas as seguintes entidades: Presidente do Governo Regional dos Açores, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Executivos de todas as Juntas de Freguesia, individualidades mencionadas no livro, os elementos da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha e Secretários Regionais da ilha da Agricultura e do Ambiente. Neste lançamento a animação musical ficará a cargo do grupo “Fado Bravo”. Salientou também que os convites e programas encontram-se a ser distribuídos pela Freguesia. No dia vinte e sete de abril haverá uma dupla sessão de cinema, uma para crianças e outra para adultos. No dia um de maio acontecerá o tradicional concurso de maios, almoço-convívio na Zona de Lazer e a tradicional tourada, com os dois ganaderos da Freguesia. No dia três de maio, na Sede dos Escuteiros, haverá o “Mercado da Primavera”, com todos os artesãos da Freguesia. No dia quatro de maio será celebrada uma missa por alma de todos os residentes na Ribeirinha já falecidos. No dia dez de maio haverá a atuação do conjunto “UZHOMS”, na “Casa da Lata”. -----

----- Após esta explanação por parte de Alberto Melo, José Élio Ventura questionou o Executivo sobre a forma como se encontra feito o convite.-----

----- Helena Toste referiu que foram convidadas entidades oficiais para o lançamento do livro “Ribeirinha – Freguesia Taurina” e em anexo foram inseridas as restantes atividades integradas no 457º aniversário da Freguesia. A secretária do Executivo mencionou ainda que foi solicitado às entidades que informassem do momento/momentos em que estarão presentes. -----

----- José Élio questionou ainda se o livro acima citado foi ou não apoiado pela Junta de Freguesia. Isto porque, no passado, Alberto Melo havia referido que a Junta nada tinha a ver com o livro. Para além disso, questiona o porquê de, este ano, estarem todos convidados (Câmara Municipal e Governo Regional), pois no passado nem todos o foram. -----

----- Alberto Melo respondeu que o livro foi participado por João Borges Pires e a Junta dará um contributo no valor de mil e quinhentos euros. Salienta que, ao longo da pesquisa feita para o livro, foi aumentando o número de pastores da Freguesia. Assim, o mesmo foi aumentando de volume e a Junta teve, deste modo, que colaborar com o mesmo. Relativamente aos convidados salienta que, no passado, foram convidados os presidentes de Junta de Freguesia e o presidente da Câmara Municipal não o foi por lapso. Alberto Melo menciona ainda que José Paulo Lima gostaria que a “Casa da Lata”



tivesse lotação máxima na apresentação do livro e pretende convidar os Presidentes da Câmara Municipal e do Governo Regional, elementos da política e pessoas das suas ligações pessoais. -----

----- José Élio Ventura questionou ainda porque o vice-presidente do Governo Regional não foi convidado e em relação à Câmara Municipal o porquê de convidarem apenas o Presidente da Câmara e não os vereadores. -----

----- Helena Toste referiu que, por lapso, não convidou a Dra. Mónica Seidi, secretária regional da saúde e segurança social e o vice-presidente do Governo Regional. Garantiu, no entanto, que nos próximos dias corrigirá os lapsos cometidos, efetuando os convites em falta. Em relação à segunda questão colocada, a secretária do executivo menciona que o Presidente da Câmara Municipal se tiver oportunidade de comparecer poderá fazê-lo, se não o puder delega nos vereadores, tal como é habitual fazer-se nestes casos. -----

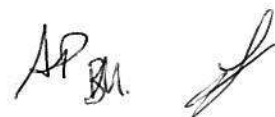
----- José Élio Ventura acrescentou ainda que poderá ser efetuado um paralelismo. Isto porque em relação ao Governo foram convidados o Presidente do Governo e os membros do mesmo residentes na Ilha e em relação à Câmara Municipal apenas o Presidente foi convidado e o mesmo se não tiver oportunidade de comparecer delega nos vereadores. Realça ainda que o livro “Ribeirinha – Freguesia Taurina” sendo ligado à cultura seria de todo o interesse convidar elementos do Governo ligados à cultura. Destaca, novamente, que o convite poderia ter sido extensivo a todo o Executivo Camarário, pois o Presidente da Junta, Alberto Melo, possivelmente contactará com mais frequência alguns dos vereadores do que propriamente com o Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia, João Lima, agradeceu ao senhor João Borges Pires pela colaboração/apoio prestado ao livro “Ribeirinha – Freguesia Taurina”, louvando-o por isso. Todos os elementos da Assembleia de Freguesia concordaram com este reconhecimento prestado a este Ribeirinhense, a residir nos Estados Unidos da América. João Lima congratulou ainda a Junta de Freguesia pela realização das sessões de cinema, para crianças e adultos, na “Casa da Lata”, realçando que para além da dinamização do espaço é uma forma lúdica de convívio/alegria entre os participantes, principalmente as crianças. -----

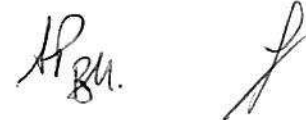
----- Ainda no período antes da ordem do dia, António Toste abordou o tema da abertura da creche na Ribeirinha. Começou por apresentar, a toda a Assembleia de Freguesia, o Plano Regional anual, do Governo, para dois mil e vinte e cinco relativamente às creches. No mesmo podemos constatar que o Governo garante que o apoio à infância continuará prosseguindo com o aumento significativo do número de vagas gratuitas em creches, aumentando a rede de respostas ao nível dos equipamentos sociais e requalificando o edificado existente. António Toste diz que é membro da Assembleia, mas também é vice-presidente do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha e falou com o Presidente do mesmo, o padre João Costa, para obter permissão para abordar o assunto da creche nesta Assembleia. Nas suas palavras, como não tem nada para esconder, pretende contar o que se passa para a criação da creche. Começou, então, por questionar o executivo sobre qual a IPSS contactada pelo executivo e confirmada para abrir uma creche na Ribeirinha e o que foi feito para a abertura da mesma. Alberto Melo respondeu que a IPSS contactada foi a Olhar Poente, que começaria a funcionar em setembro, presta serviços de alta qualidade, sendo uma marca e é a preferida de inúmeros pais. Menciona que foi a Junta de Freguesia que tratou dos trâmites para a abertura da creche. Primeiramente a EB1/JI da Ribeirinha contactou a Junta de Freguesia, depois falaram com a presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo. A Junta fez duas reuniões com o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo e uma com a Câmara Municipal. As duas instituições autorizaram a abertura da creche e, seguidamente, o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo convocou uma reunião com a Câmara Municipal, o Olhar Poente e a EB1/JI da Ribeirinha. A Olhar Poente pediu modificações/obras na escola e a Câmara disse que colaborava fazendo as obras necessárias. Sendo assim, a Olhar Poente disse que abriria a creche no mês de setembro. As inscrições abririam em maio e a abertura da mesma seria em setembro. Posteriormente, António Toste questionou o que a Olhar Poente fez após a reunião com a Junta de Freguesia para



garantir a abertura da creche. Alberto Melo respondeu que foram as mesmas diligências que fizeram para a abertura das restantes creches sobre a sua alçada. Helena Toste acrescentou também que provavelmente a Olhar Poente iria recrutar mais pessoal e sabe de fonte limpa, por um familiar próximo, que foi transmitido aos funcionários da Olhar Poente que iria haver uma reestruturação em termos de trabalhadores, porque iriam abrir uma creche na Ribeirinha. António Toste voltou a questionar quando foi que o executivo da junta iniciou as diligências para a abertura da creche, se houve outras diligências, com quem falaram e quem era o presidente. Alberto Melo respondeu que foi no início do ano passado e o presidente era o Sérgio Almeida. António Toste intervindo diz que no documento sobre a informação da atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia está escrito que foram “feitas diversas diligências e concretizadas todas as autorizações (Conselho Executivo da EBI de Angra do Heroísmo, EB1/JI da Ribeirinha e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo) para a abertura de uma creche no mês de setembro, do corrente ano, diligências essas que foram transferidas para o Centro Social e Paroquial que assumiu o compromisso para abrir a valência (creche) ao invés da IPSS que já estava confirmada para o efeito”. Perguntou, então, quais as transferências feitas e o que foi transferido. Continuando, no entanto, o seu discurso, destaca que o Centro Social e Paroquial, depois de reunir com a junta, fez várias reuniões. Garante que o Presidente da Junta apenas obteve as autorizações da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo para a cedência do espaço (escola) e da Câmara Municipal para fazer a obra. No seu entender, uma coisa são as infiltrações na escola que já vêm do passado, devido a problemas estruturais, cujas obras são de alguma monta, outra é a pequena obra para a instalação da creche. Alberto Melo acrescenta que a Câmara Municipal assumiu que faria as obras necessárias e solicitadas pela Olhar Poente para a abertura da creche. António Toste declarou, posteriormente, que o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha não assumiu o compromisso de abrir uma creche na EB1/JI da Ribeirinha, porque não o pode fazer, não tem competência para tal. Para quem conhece os trâmites deve saber que compete ao Governo Regional a tomada de decisão para a abertura de uma creche gratuita. Esta não depende da Olhar Poente, da Junta de Freguesia ou do Centro Social e Paroquial, depende de uma instituição fazer o processo para a instalação e abertura de uma creche, mas é preciso que o Governo Regional dê consentimento político ou financeiro. Se assim não fosse a própria Junta de Freguesia poderia abrir uma creche, não necessitaria de parceria. Portanto, o Governo Regional comparticipa financeiramente as creches gratuitas e as IPSS, parceiras do Governo, gerem e desenvolvem o trabalho, quer seja uma creche, centro de dia, lar de idosos, todos vivem com dificuldades. Garante que o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha já desenvolveu todas as diligências para a instalação de uma creche na Ribeirinha, apenas aguarda a decisão do Governo Regional. Destaca que sempre disse que tinham competência para o fazer, ou sozinhos ou em parceria. Ressalva que o documento das atividades da Junta de Freguesia não explica minimamente o que aconteceu, se quisermos ser sérios e honestos. No seu entender a abertura da creche é também importante para evitar a redução do número de alunos na EB1/JI da Ribeirinha. Em dois mil e treze, aquando da inauguração da escola, a mesma tinha à volta de uma centena e meia de alunos. Neste momento tem cerca de setenta e cinco discentes. No seu modo de ver, o executivo da Junta quis passar a ideia de que o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha seria responsável pela abertura ou não da creche na Ribeirinha. Garante que o referido centro não é responsável, é interessado e tudo foi feito para a abertura da creche. O responsável é sempre o Governo, não o Centro Social e Paroquial. Salienta que o Governo Regional pretende o “aumento significativo das vagas para creches gratuitas”, o que leva a crer que o mesmo só não abre a creche na Ribeirinha se não quiser. A seguir, António Toste elencou todos os pontos do trabalho desenvolvido pelo Centro Social e Paroquial para a abertura da creche na Ribeirinha. Primeiro Ponto: o Centro Social e Paroquial teve conhecimento da pretensão de abertura de uma creche na Ribeirinha numa reunião na Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo, em virtude do Centro de Atividades de Tempos Livres funcionar na EB1/JI da Ribeirinha. Ou seja, foram convidados a mudar de sala, não tendo conhecimento que a Junta estava a tratar do processo para a abertura da Creche e estava a fazê-lo há um ano. Agora, o Presidente da Junta veio dizer que já fez várias diligências, que são duas, o que não representa nada. A ideia da Junta, no seu entender, era deixar mal o Centro Social e Paroquial, porque há um ano não disse nada sobre a creche, mas agora vem dizer, como quem diz ou o Centro Social e Paroquial faz ou é responsável por não fazer. Repete,



mais uma vez, que o responsável por abrir ou não uma creche é o Governo Regional dos Açores e portanto, claro, que não foi do agrado do Centro Social e Paroquial ser uma IPSS fora da freguesia a abrir uma creche na Ribeirinha, quando há duas na freguesia: o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha e o Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande. Nunca poderiam aceitar tal facto. Isto porque: o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha tem trinta e quatro anos de existência e desenvolve duas valências, nomeadamente os idosos e o CATL-Centro de Atividades de Tempos Livres com trabalho demonstrado e, por isso, não poderiam ficar de fora da criação de uma creche na freguesia. Para além disso, se fossem excluídos do processo perderiam algo que foi conquistado com muito custo. Com o passar do tempo, o Centro Social e Paroquial iria ser excluído e ficaria sem nada. Segundo ponto: depois de nova reunião na Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo falaram na possibilidade de uma parceria entre o Centro Social e Paroquial e a Olhar Poente. Terceiro ponto: reunião com a Olhar Poente, na sede do Centro Social e Paroquial e ficaram a saber que foi o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeirinha que contactou a Olhar Poente e que já o havia feito anteriormente, em janeiro de dois mil e vinte e quatro. Foram, igualmente, informados que a Olhar Poente perguntou ao Presidente da Junta se havia alguma instituição da Ribeirinha interessada em abrir uma creche e o Presidente da Junta disse que não. Se isso é verdade, no seu entender, é grave, quando se sabia que o Centro Social e Paroquial tinha interesse em abrir uma creche. A presidente da Olhar Poente e a sua colega de direção foram sérias, justas e muito compreensivas em todo este processo, nas suas palavras. Aliás, nem deram a possibilidade de propor uma parceria. Ou seja, a parceria foi referida na reunião na Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo, no entanto, as responsáveis da Olhar Poente entenderam que deveria ser o Centro Social e Paroquial a tomar a iniciativa de criação e instalação de uma creche na Ribeirinha. A partir daqui o referido Centro não poderia solicitar uma parceria, foram as responsáveis da Olhar Poente que entenderam, e bem, que deveria ser uma instituição da freguesia a abrir a creche. Para além disso, a freguesia da Ribeirinha faz parte do concelho de Angra do Heroísmo e a Olhar Poente da Praia da Vitória. A Olhar Poente ainda demonstrou disponibilidade para o que fosse necessário, o que é de louvar. Menciona ainda que também foi dito pelas responsáveis da Olhar Poente que para a abertura de uma creche seria necessária a disponibilização de vagas. Ou seja, a Olhar Poente tem as suas vagas preenchidas e para a abertura de uma nova creche necessita da abertura de vagas, dez, trinta, consoante o crescimento da mesma. Numa fase preliminar é necessário perceber quantas vagas são necessárias para a sustentabilidade do processo. Assegura que esse trabalho ainda não foi feito por ninguém. Quarto ponto: reunião com a Câmara Municipal por causa das obras na escola. Estas foram aceites, porque se trata de uma obra pequena. Quinto ponto: Reunião com a Junta de Freguesia. Nesta informaram a mesma das suas intenções de abrir uma creche e tentaram perceber porque foram excluídos do processo por esta. Na reunião compreenderam que a Junta de Freguesia já estava informada das suas intenções. Perguntaram, novamente, porque foram excluídos, mas o Presidente da Junta não disse a razão porque não falou com a direção do Centro Social e Paroquial e simplesmente ignorou uma instituição da Freguesia, não tendo consideração nem respeito por algo que também é seu. Nessa mesma reunião, António Toste perguntou se a Junta estava disponível para colaborar com o Centro Social e Paroquial e esta disse que sim, espera é que mantenha a sua palavra, pois o apoio é necessário. Na sua opinião, tudo poderia ter sido mais simples, bastava o executivo da Junta ter pensado que se queria abrir uma creche poderia convidar o Centro Social e Paroquial. Poderia ter-se feito história na Ribeirinha, com duas instituições da freguesia a abrirem uma creche sem precisarem da ajuda de ninguém, a não ser do Governo Regional. Ou seja, a Junta, desde o início, nunca quis saber do Centro Social e Paroquial para nada. Este, nas suas palavras, pretende o bem da freguesia, dos pais e das crianças, mas a Junta não pensa assim. Sexto ponto: O Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, depois, reuniu com a Casa do Povo do Porto Judeu para criarem uma parceria, de modo a garantir um serviço de qualidade aos bebés e aos seus pais. Caso o Centro Social e Paroquial abrisse a creche sozinho teria muitas dificuldades, a parceria com a Casa do Povo do Porto Judeu seria uma mais-valia. Esta instituição é uma referência de dimensão regional, com muitos anos, com provas dadas, faz vinte e cinco anos, possui cozinha, lavandaria, já presta serviços na Ribeirinha e está próxima da mesma. Estranha que o Presidente da Junta, sendo natural do Porto Judeu e a residir na Ribeirinha tenha convidado a Olhar Poente e não uma instituição da sua freguesia de origem. Sétimo ponto: O



Centro Social e Paroquial enviou ofício à Secretária Regional da Saúde e Segurança Social a vinte e oito de fevereiro. Foram informados que o assunto se encontrava a ser tratado, mas o tempo urge e no mês de maio já se iniciam as matrículas. Oitavo ponto: Apresentação da candidatura para a aquisição de equipamentos. Nono ponto: A direção do Centro Social e Paroquial reuniu com o diretor regional da educação, a fim de inteirá-lo da pretensão do referido Centro para a cedência da escola. Décimo ponto: A direção do Centro Social e Paroquial reuniu com a diretora regional da Solidariedade Social, a fim de abordar o tema dos equipamentos necessários para a creche. António Toste ressalva que, dos contactos efetuados, continuam a aguardar a reunião com a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Como não conseguem este contacto solicita a colaboração da Junta de Freguesia e questiona se a mesma já reuniu alguma vez com a referida secretária sobre outros assuntos e sobre este em particular. Alberto Melo respondeu que já reuniu sobre outros assuntos, mas não sobre este particularmente. Retomando a palavra, António Toste reitera que para que o processo de abertura da creche corra pelo melhor e o processo seja bem feito estamos a falar em valores que rondam os duzentos mil euros anuais. António Toste voltou a perguntar se o Presidente da Junta se encontra disposto a colaborar na reunião com a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, mas possivelmente não quer. Assegura que da parte do Centro Social e Paroquial tudo está a ser feito. Posteriormente, declara que considera que o Presidente da Assembleia de Freguesia é uma pessoa preocupada com os problemas da freguesia e atendendo à demora de resposta da Secretaria da Saúde e Solidariedade Social seria importante aprovar, em Assembleia, de forma unânime, um documento emanado da mesma para reforçar a necessidade da abertura da creche na Ribeirinha, para a “sobrevivência” da própria escola servindo inclusivamente uma parte substancial do concelho. Adianta ainda que, na próxima semana, realizar-se-á uma reunião com os deputados do Partido Social Democrata da Terceira. Considera que, possivelmente, não conseguirão reunir com o Presidente do Governo Regional, mas poderão enviar um email para o adjunto. Considera que, no fim disto tudo, se o Governo não quiser abrir uma creche na Ribeirinha, tal será do conhecimento público e o Governo terá que assumir a sua responsabilidade. Acrescenta que a maior falta de vagas em creches é no concelho de Angra do Heroísmo e não na Praia da Vitória. Para além disso, o Centro Social e Paroquial tem conhecimento que pode recrutar crianças de outras zonas, por exemplo, da Feteira e tal possibilitará o crescimento da creche. António Toste relata ainda que do que falaram com a diretora regional da solidariedade social, a mesma demonstrou-se atenciosa, com abertura, mas tudo depende da abertura de vagas, faltando a resposta da Secretaria da Saúde. De seguida, Marília Luís questiona António Toste sobre o número de anos em que a escola tem solicitado a abertura de uma creche, no seu entender, há muito tempo. António Toste assegura que agora é que houve a possibilidade e questiona, novamente, porque razão o presidente da Junta não foi falar com a Casa do Povo do Porto Judeu para abrir uma creche na Ribeirinha. -----

----- Alberto Melo, por sua vez, lembra que o Centro Social e Paroquial há muito tempo que foi alertado para a situação da redução do número de alunos na escola e nunca foi feito nada. Acrescenta igualmente que não falaram com a Casa do Povo do Porto Judeu porque apenas tem uma creche no Porto Judeu e a Olhar Poente tem várias na ilha Terceira. -----

----- Retomando a palavra, António Toste considera que Alberto Melo desrespeitou uma instituição da freguesia da qual é natural. Salaria que o presidente da Junta não fez um décimo daquilo que se comprometeu com as pessoas. Nas suas palavras, o Centro Social e Paroquial está disposto a ir para a frente com tudo e conta com o apoio da Junta. Espera que o presidente da Junta não mude a sua palavra em relação à colaboração e ao apoio. -----

----- Seguidamente, João Lima aconselha a convidar a secretária da Saúde e da Solidariedade Social para as festividades da freguesia e aproveitar a ocasião para abordar o assunto da creche. Acrescenta ainda que se entenderem fazê-lo por escrito que o façam, e que um documento emanado da Assembleia só terá vantagens se for aprovado por unanimidade, seria mais um argumento para contar com a colaboração do Governo. -----

Algu. S

----- Na sequência deste assunto, Emiliana Gaspar salienta que desconhecia o processo para a abertura de uma creche na Ribeirinha, só teve conhecimento na reunião preparatória da Assembleia de Freguesia. Diz que percebe que António Toste se sinta ofendido, pois o Centro Social e Paroquial não foi contactado pela Junta de Freguesia para a instalação de uma creche na freguesia. Todavia, o cerne da questão é o que é dito no documento de informação das atividades da Junta que informa que foram feitas várias diligências e concretizadas todas as autorizações. Ora todas as autorizações seriam, para além do espaço (a escola autorizar) e equipamento, ter autorização para abertura de vagas, ou seja, ter garantido um acordo de cooperação com a Segurança Social.-----

----- Neste seguimento, Marília Luís questiona que se a Olhar Poente garantiu que iria abrir a creche em setembro não sabia disso. -----

----- Emiliana Gaspar refere, novamente, que, de acordo com informação da Olhar Poente, a mesma não tem qualquer garantia de aumento de vagas, para abertura de uma creche na Ribeirinha. Para a contratação de vagas é necessário um acordo de cooperação para haver financiamento. Tem de haver um despacho sobre algum pedido que já tenha dado entrada, por exemplo um pedido por *email* que já tenha dado entrada, com registo, ter sido criada uma distribuição, com várias etapas, em que os técnicos analisam e, depois, vai a despacho superior. De acordo com informação transmitida pela Olhar Poente à Direção do Centro Social e Paroquial, aquela instituição não tem qualquer autorização para abrir mais vagas, em creche na Ribeirinha. Questiona, de seguida, se a Junta tem essa autorização. Há que haver o compromisso de abertura de vagas da Solidariedade Social, não se pode escrever no documento que se vai abrir uma creche em setembro se não se tem autorização para a abertura de vagas. Nesta sequência, Helena Toste mencionou que a Olhar Poente garantiu que estava tudo preparado para a abertura da creche em setembro e o executivo da Junta de Freguesia acreditou. Assegura que a Junta não possui toda a documentação escrita referente às autorizações para a abertura de vagas, tal como não tem da Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo para cedência da EB1/JI da Ribeirinha e da Câmara Municipal para a realização das obras. -----

----- António Toste referiu, de seguida, que a Junta diz que tem todas as autorizações, mas não tem e o Centro Social e Paroquial tem todas as autorizações por escrito, menos a autorização para a abertura de vagas.-----

----- Wendy Vieira (secretária do Centro Social e Paroquial) reforçou que o Centro Social e Paroquial teve uma reunião com a Olhar Poente, no dia dez de fevereiro e a mesma não tinha garantia nenhuma de abrir uma creche em setembro deste ano. Segundo as próprias palavras da presidente da Olhar Poente aguardavam a autorização para a abertura de vagas.-----

----- Emiliana Gaspar, seguidamente, solicita à Junta de Freguesia a disponibilização do documento em que a Solidariedade Social informa a Olhar Poente que tinha vinte/trinta vagas.-----

----- José Élio Ventura, de seguida, refere que não dando importância às questões políticas, o que está escrito no documento da Junta é que se correr bem as diligências foram feitas pela Junta, e caso não corra bem é o Centro Social e Paroquial que fica mal. É do interesse conjunto que a Ribeirinha fique bem servida, o que está escrito não está correto, na sua opinião. Percebe-se, claramente, que as autorizações estavam transpostas por entreposta pessoa, neste caso a Olhar Poente e a própria mencionou que não tinha as autorizações. No seu entender, é importante passar à fase seguinte que é fazer todos os possíveis para que a freguesia fique bem servida em relação à creche. Neste sentido, António Toste solicitou a Wendy Vieira, que procedesse à leitura do parecer-recomendação, a enviar para a Secretaria da Saúde e Segurança Social, para a abertura de uma creche na Ribeirinha. A mesma foi votada por unanimidade. -----

----- Foi, então, proposto por António Toste a aprovação da assembleia, do documento denominado "Recomendação", o qual se anexa a esta ata, tendo o mesmo sido aprovado por

APM

unanimidade pela mesma, para posteriormente ser enviado por email ao gabinete da senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social logo que possível. -----

-----Período da ordem do dia -----

----- **Ponto Um-** Atividade da Junta de Freguesia – de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro até oito de abril de dois mil e vinte e cinco. O Presidente da Assembleia deu a palavra a Alberto Melo que começou por referir que esta Junta de Freguesia tem tido a preocupação e também a disponibilidade para dar apoio às pessoas que necessitam na elaboração de candidaturas para a recuperação de habitação degradada para os Serviços de Habitação da Terceira e para a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

----- Neste âmbito, António Toste questionou quantos processos foram tratados, se os mesmos se encontram aprovados e quais as obras efetuadas. Alberto Melo mencionou que para a Câmara Municipal foram tratados onze casos, num valor até cinco mil euros, mas ainda não têm cabimento. Para o primeiro direito foram tratados vinte e três casos, os processos transitados da Direção da Habitação para o primeiro direito são seis casos, que se encontram incluídos nos vinte e três. Em relação às obras ainda nada foi feito. Nas suas palavras, a vereadora da Câmara de Angra do Heroísmo informou os presidentes das Juntas de Freguesia que falta aprovar cem candidaturas das dez mil por analisar. Em Portugal Continental foram aprovadas vinte e seis mil. Em relação aos Açores encontram-se muitas candidaturas em análise. Em relação à Ribeirinha em pré-análise encontra-se um caso, em análise, dentro do Plano de Recuperação e Resiliência, dois casos e fora da meta sete casos que não foram aprovados. Garante, no seu discurso, que durante a semana, a Junta de Freguesia receberá os dados da Câmara Municipal relativamente aos casos aprovados e não aprovados. No seu entender, a Direção da Habitação tem colaborado pouco, as candidaturas que foram apresentadas remontam há três ou quatro anos, sendo assim, os orçamentos já não estavam corretos e há a necessidade de fazer um novo orçamento e concorrer, outra vez, ao programa que irá abrir em junho. Referiu ainda que a Luísa Pimentel da Direção da Habitação disse que irão ver quais as que não foram aprovadas e é feita nova candidatura, com um orçamento atualizado. -----

----- Seguidamente, António Toste questionou se os onze casos, para a habitação degradada encontravam-se todos aprovados. Alberto Melo respondeu afirmativamente, que aguardavam cabimento, mas que são os próprios donos das casas que recebem essa informação. A Junta de Freguesia não a recebe. Acrescentou ainda que quando as candidaturas não são aprovadas é porque estão documentos em falta. -----

----- Posteriormente, António Toste referiu que em relação ao caso do António Ormonde (pai do Diogo António da Silva Ormonde), que transitou do executivo anterior, os trâmites para a aquisição da casa estavam praticamente concluídos, desde dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, faltando fazer um protocolo e depois um novo protocolo para as obras. Questionou ainda o presidente da Junta sobre os casos das habitações do José Duarte Gonçalves Pamplona e Maria João Silva. As obras nas habitações das pessoas mencionadas estavam orçamentadas com os valores respetivamente de dezasseis mil quinhentos e quarenta e três euros e vinte e três mil cento e noventa e oito euros. -----

----- Alberto Melo respondeu que os dois últimos casos citados acima passaram para o primeiro direito. Relativamente ao caso do António Ormonde, a Direção da Habitação iria comprar a casa, mas ainda não o fizeram. Realça ainda que, em relação às candidaturas não aprovadas, será feita nova candidatura à Direção da Habitação. Tornou, no entanto, a ressaltar que a Junta de Freguesia sabe que tem três candidaturas aprovadas, mas não tem conhecimento dos nomes dos moradores. Tal apenas irá acontecer no decorrer desta semana.-----

----- A seguir, António Toste interveio lamentando pouca celeridade da Direção Regional da Habitação, pois o caso do António Ormonde remonta a dois mil e vinte/dois mil e vinte e um. João Davide Leal acrescentou que, em termos financeiros, o primeiro direito está mais vantajoso para as

AP 84. J

peçoas. Alberto Melo refere ainda que existem habitações que necessitam de muitas obras, estando tudo atrasado nos Açores. -----

----- No que concerne ao Parque InterGeracional, António Toste destaca que no documento de informação sobre as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia encontra-se escrito que será criado um Parque Geracional na antiga escola do Caminho Novo. No entanto, o parque já existe. Alberto Melo refere que foi um lapso aquando da redação do documento supra citado e o que efetivamente sucederá será a extensão do Parque InterGeracional. -----

----- Neste seguimento, António Toste questionou o presidente do executivo sobre o valor monetário atribuído a cada bailinho e Carnaval e às duas Sociedades. Alberto Melo esclareceu que aos cinco bailinhos foram atribuídos duzentos e cinquenta euros, ao monólogo setenta e cinco euros e a cada uma das Sociedades cento e cinquenta euros para apoio às mesas na receção aos bailinhos de Carnaval. -----

----- Relativamente à limpeza da Freguesia e mais propriamente em relação ao Centro Social e Paroquial, António Toste solicitou que, de quinze em quinze dias, os funcionários da Junta de Freguesia passassem naquela instituição com um soprador, pois com uma vassoura é difícil fazer a limpeza do espaço. Posteriormente, questionou se as obras no alpendre da Zona de Lazer se encontram terminadas e qual o seu custo. Alberto Melo respondendo diz que as obras não se encontram concluídas, apesar do Dia da Freguesia se realizar neste espaço. Acrescenta ainda que não faz a mínima ideia dos custos da obra. João Davide Leal acrescenta que, o ano passado, foram gastos nesta obra vinte mil euros. Depois foi feita nova candidatura para a colocação de janelas, chão e tijoleira. No seu entender, a obra poderá vir a ter um custo total de trinta mil euros. -----

----- Na sequência da reunião anterior da Assembleia de Freguesia, António Toste abordou, de novo, o assunto da construção de pontes, na Grota da Chouriça. Acrescentou que na anterior reunião ordinária da Assembleia de Freguesia tínhamos tido a presença do senhor João Aurora, proprietário insatisfeito por não ter sido contemplado com uma ponte de acesso ao seu terreno. Questiona assim, se já se fez alguma coisa, ou seja, se é para avançar com a construção de mais alguma ponte naquele sítio. -----

----- Alberto Melo respondeu que a Junta de Freguesia encontra-se em negociação com a Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, na pessoa de Tiago Ferreira. Alberto Melo continuou afirmando que será para se fazer as pontes, mas que se aguarda a respetiva autorização. -----

----- O Presidente da Assembleia, João Lima adiantou que na referida reunião tinha pedido esforço pela parte do executivo para que fossem feitas diligências perante a referida Secretaria, de forma a que fosse atendida a construção das necessárias pontes referidas por António Toste. Ou seja uma ponte para o acesso ao prédio de João Aurora e ainda uma ponte principal, embora com um custo superior. Tal seria o ideal: construir uma ponte acima da bacia de retenção de água, pois daria acesso aos cerrados daquela zona. Na sequência dos festejos do 457º aniversário da Freguesia, principalmente os do dia um de maio, António Toste questionou o executivo relativamente à participação das duas Filarmónicas da Freguesia: a Filarmónica Recreio dos Lavradores e a Filarmónica União Católica da Serra da Ribeirinha. Isto porque teve conhecimento, por vias não oficiais, que a primeira filarmónica iria desfilar no dia um de maio e a segunda não. -----

----- Alberto Melo esclareceu que também soube, por vias não oficiais, que a Filarmónica Recreio dos Lavradores, no dia um, iria oferecer um almoço aos seus músicos, porque celebra o seu aniversário e que depois desfilaria até à Fonte. Garante que, da parte da Junta de Freguesia, nenhuma das filarmónicas foi convidada, tal como se pode constatar pela leitura atenta do programa dos festejos distribuído pela freguesia, não surgindo o nome de nenhuma das filarmónicas como participante no dia um de maio. Assegura, ainda, que quando teve conhecimento que a Filarmónica Recreio dos Lavradores se preparava para desfilar no dia um de maio, contactou o Orlando Freitas e o Rui Miranda,



membros da Filarmónica União Católica da Serra e disse-lhes que a Junta de Freguesia não havia convidado a Filarmónica Recreio dos Lavradores para desfilar. No entanto, iria convidar a filarmónica da qual fazem parte, para que, deste modo, participassem as duas filarmónicas no dia da freguesia. Helena Toste corroborou a ideia de Alberto Melo, dizendo que seria o melhor a fazer, por forma a não haver dissabores. De seguida, Rui Miranda refere que compreende que a Filarmónica Recreio dos Lavradores pretenda desfilar, pois pensa que é o dia da sua fundação. Todavia, pediu ao executivo esclarecimentos a esse respeito, uma vez que considerava que o aniversário da Filarmónica Recreio dos Lavradores era a um de novembro. Diz ainda que, enquanto membro da Filarmónica União Católica da Serra preocupou-se em saber junto do executivo o que iria acontecer, pois a filarmónica tem outros compromissos e as participações têm de ser marcadas atempadamente. Nesta conversa, o Presidente da Junta disse-lhe que não tinha convidado nenhuma das filarmónicas, na mesma referiu ao Presidente que caso a Filarmónica União Católica da Serra fosse convidada caberia à direção e ao mestre decidir se iriam ou não participar nos festejos. Assegura ainda que os habitantes da Ribeirinha, pela leitura do programa, perceberão que nenhuma das filarmónicas foi inicialmente convidada. Respondendo ao Rui Miranda, Alberto Melo salienta que, após pesquisa, efetuada por um padre da freguesia o aniversário da Filarmónica Recreio dos Lavradores é a sete de outubro. João Davide Leal acrescenta também que as filarmónicas não foram convidadas, porque têm participado em inúmeras atividades promovidas pela Junta de Freguesia. Diliانا Pacheco refere também que o executivo deveria confirmar o facto de não ter convidado nenhuma das filarmónicas, assumindo a sua posição. Na sequência deste assunto, António Toste esclarece que a data da fundação da filarmónica é a um de maio, mas a padroeira da mesma é Nossa Senhora do Rosário que se festeja em outubro. Como o dia um de novembro é feriado aproveitaram o mesmo para festejar o aniversário da filarmónica. Ou seja, a data da fundação é uma situação e os festejos é outra.-----

----- Continuando neste ponto, atividade da Junta de Freguesia – de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro até oito de abril de dois mil e vinte e cinco, António Toste questionou o executivo sobre os arranjos na Canada do Espigão e a colocação de bilros no cimo da Rua da Igreja, pretende saber quem pediu a sua colocação e quem foi que ordenou que fossem retirados. Destaca que numa das Assembleias de Freguesia anteriores pediu uma forma de gestão do estacionamento naquela zona, mas não a colocação de bilros ou ferrinhos, pois não pretendia que se retirassem lugares de estacionamento naquele lugar, para o bem de todos. Relativamente à segunda questão, Alberto Melo refere que os condutores dos autocarros, carros do lixo, carros de cargas e descargas de carrinhas de três mil e quinhentos quilos queixavam-se do estacionamento indevido naquele lugar, pois tinham dificuldades em passar. Assim sendo, falou com o vereador da Câmara Municipal e o engenheiro das águas que lhe responderam que deveria fazer uma exposição à Câmara. Garante que não a haviam feito, por forma a não retirar lugares de estacionamento. Refere também que foi um dos engenheiros da Câmara que lhe ligou a dizer que na semana seguinte colocariam os bilros. Após a colocação dos mesmos houve grande contestação por parte dos moradores e um deles apresentou o seu descontentamento em relação à situação. Depois disto, a Câmara Municipal acedeu retirar os bilros. Alberto Melo salienta ainda que quando o executivo foi informado que iriam retirar os bilros enviaram email para a Câmara a referir que caso efetivamente tal acontecesse teria de ser a mesma a solucionar o problema do estacionamento naquele local. Em resposta, a Câmara Municipal menciona que deve ser a Junta de Freguesia a prestar a solução e a executá-la, mostrando-se disponível para um eventual apoio financeiro. Alberto Melo assegura que o executivo não sabe o que fazer naquele espaço para uma melhor gestão do estacionamento. Declarou ainda que já falou com vários empreiteiros, mas o serviço é pequeno e os mesmos não o querem aceitar. Helena Toste acrescentou ainda que o executivo pediu à Câmara uma intervenção técnica e a opção foi a colocação dos bilros. Na sequência deste assunto, António Toste realça que o que se pretende é que os carros possam estacionar devidamente e que quem passa não fique impossibilitado de o fazer. No seu entender naquele lugar há espaço para parar cinco carros, dois acima da garagem e, alterando um pouco o passeio, três carros transversalmente. O que parar por fora, estaciona indevidamente e atrapalha quem passa, devendo estar sinalizado e riscado. Pensa que a sua proposta é exequível, mas tem de ser o Presidente da Junta



e alguém com competência na matéria a estudar o assunto e a solucioná-lo da melhor forma possível. Relativamente à primeira questão colocada por António Toste, no que concerne à Canada do Espigão, Alberto Melo afirma que as obras deveriam ter-se iniciado em janeiro. Todavia, devido à chuva, vento, frio e nevoeiro não havia condições para se trabalhar nem na Canada do Espigão nem na Zona de Lazer. Garantiu que primeiro será terminado o telheiro, na Zona de Lazer, e depois será efetuada a obra na Canada do Espigão.-----

----- Continuando a sua intervenção, António Toste questionou o Presidente da Junta sobre a Canada da Grotta da Chouriça que foi asfaltada até meio, estando em falta a asfaltagem do fim da canada, faltando menos de metade e podendo usar asfalto de terceira ou quarta qualidade e verbas restantes de outras obras da Junta de Freguesia. Alberto Melo respondendo salienta que a decisão da asfaltagem da canada até meio não foi sua, foi de Maurício Toledo. Acrescenta ainda que quando solicitou junto do mesmo a conclusão da referida canada, este referiu não haver verbas para tal. -----

----- Ainda no que concerne à atividade da Junta de Freguesia, de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro até oito de abril de dois mil e vinte e cinco, António Toste deu nota que a edição e publicação do livro “Ribeirinha – freguesia taurina”, de José Paulo Lima e Edgardo Vieira não fazia parte do manifesto eleitoral. Porém será uma atividade a realizar. Ressalva que existem outras que fazem parte do manifesto eleitoral e que o executivo não quis pôr em prática, nomeadamente o regulamento de apoio às coletividades. No seu entender a junta tem dinheiro e podia tê-lo feito, pois estava no manifesto eleitoral, não necessitava de ter levado três anos a dizer que estava em estudo para chegar ao quarto ano e dizer que já não dava tempo. Quanto ao livro não constava no manifesto e foi feito. Declarou ainda que sabe que foi o senhor João Borges Pires que arcou com as despesas do livro, mas inquiriu se a Junta de Freguesia participou, quanto custa um livro para quem o quer adquirir, quem o vende e se os membros da Assembleia de Freguesia terão direito a um exemplar. Alberto Melo respondendo refere que o senhor João Borges Pires participou em seis mil e quinhentos euros e a Junta de Freguesia em mil e quinhentos euros, devido ao elevado número de pastores da Freguesia que foram surgindo aquando da pesquisa efetuada para o mesmo, perfazendo oito mil euros. O Presidente da Junta menciona ainda que foram encomendados trezentos exemplares para serem oferecidos pela mesma, posteriormente ao dia do lançamento, aos membros da Assembleia de Freguesia e às pessoas que fazem parte do livro. No dia do seu lançamento, o editor irá vender os livros aos elementos convidados presentes no evento que, assim, o desejarem. -----

----- No seguimento desta reunião, Emiliania Gaspar inquiriu o executivo relativamente ao valor recebido por cada um dos Centros de Convívio de Idosos. Isto porque observou uma grande discrepância entre o valor auferido pelo Centro de Convívio da Ribeirinha, num total de quatrocentos e vinte e cinco euros e o Centro de Convívio da Ladeira Grande, sendo ambos financiados pela Segurança Social e sendo o número de utentes semelhante (cinquenta utentes). João Davide Leal respondendo afirma que o centro de Convívio de Idosos da Ladeira Grande recebe cento e vinte e cinco euros, o Centro Social da Ribeirinha na valência Centro de Convívio de Idosos cento e vinte e cinco euros e o Centro Social e Paroquial na valência ATL e com funcionária trezentos euros. Sendo assim, Emiliania Gaspar considera que no documento da Junta de Freguesia entregue aos membros da Assembleia de Freguesia deveria ser discriminado o valor auferido por cada entidade por valências. Ou seja, Centro de Convívio do Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande – cento e vinte e cinco euros, Centro de Convívio da Ribeirinha – cento e vinte e cinco euros e ATL – trezentos euros, ambos do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha. Apesar disso, no seu entender, existe uma grande disparidade entre o valor auferido pelo Centro de Convívio da Ladeira Grande e o Centro Social. O primeiro recebe cento e vinte e cinco euros e o segundo quatrocentos e vinte e cinco euros sendo ambos financiados pela Segurança Social. Lembra haver duas instituições idênticas, o Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande e o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, duas IPSS, o Centro Social da Ladeira Grande com um Centro de Convívio de Idosos e o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha com um Centro de Idosos e um ATL. Posto isto, lamenta a discrepância de valores recebidos por cada um, ressalvando que são os dois financiados pela Segurança Social e a funcionária é paga por essa mesma entidade. João Lima,

Presidente da Mesa da Assembleia, interveio, de seguida, para lembrar o executivo de oferecer um livro “Ribeirinha – freguesia taurina” a cada uma das instituições da freguesia, nomeadamente filarmónicas, escola, Boavista. Acrescentou também que quando o executivo da Junta de Freguesia tivesse uma ideia para solucionar o problema no caminho que segue para a Serra da Ribeirinha deveria consultar os moradores do local, antes de se fazer o que quer que fosse. Declara ainda que concorda com a solução apresentada por António Toste, pois possibilitará o estacionamento de cinco carros, dois acima da garagem e, alterando um pouco o passeio, três carros transversalmente, colocando um sinal e traçando o chão.-----

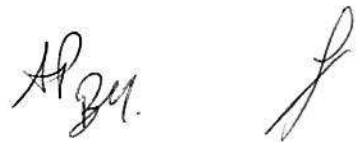
Nesta sequência, António Toste diz que tudo vai embocar naquilo que não foi feito, que é o regulamento de apoio às coletividades. Sem querer desvalorizar nenhuma das instituições verificamos que há várias desigualdades no apoio às várias instituições, refere se acham corretas instituições com atividades idênticas receberem valores diferentes. É necessário ter em atenção, no seu entender, o número de elementos de cada instituição e os custos com despesas suportados pela mesma. Acredita que um regulamento viria evitar estas disparidades e é uma pena não ser feito. Porém, se não o foi deve-se ao facto de a Junta de Freguesia não querer, porque teve muito tempo para o fazer. António Toste solicita ainda ao Presidente da Assembleia de Freguesia que verificasse a lista das coletividades e os valores do apoio atribuídos a cada uma. Realça, novamente, que os apoios deveriam ser atribuídos consoante a importância de cada instituição, os seus gastos e o número dos seus elementos. Destaca que o Centro Social da Ladeira Grande é uma IPSS, não é só apenas um Centro de Convívio de Idosos, havendo duas IPSS na freguesia, o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha e o Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande. O primeiro tem sessenta idosos e vinte crianças no ATL. As crianças que frequentam este ATL necessitam, várias vezes, de carrinha para visitas de estudo e passeios e tal engloba custos. Menciona ainda que o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha recebe financiamento da Segurança Social, para o ATL. Todavia, garante, que se a carrinha não procedesse à distribuição de refeições por algumas escolas, o dinheiro não chegaria. Declara também que o ATL tem uma funcionária administrativa que supostamente o trabalho dela não deveria ser aquele, mas foi o acordado, há alguns anos, quando ainda não era vice-presidente do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha. Como a funcionária do ATL efetua trabalho administrativo ficam com falta de pessoal para dar assistência às crianças do ATL. Neste momento, o ATL para além da educadora tem uma auxiliar de educação que faz quinze horas semanais, acrescentando um custo para a instituição. Neste sentido, o apoio que o ATL recebe, por vezes, não é suficiente. Houve anos até de haver prejuízo. Assim, o Centro Social e Paroquial da Ribeirinha não pode ser comparado com o Centro Social e Paroquial da Ladeira Grande. Nas suas palavras, se houvesse um regulamento e ouvidos todos os responsáveis pelas instituições tudo seria mais fácil, justo, lógico e correto, mesmo que cada uma das instituições tivesse que apresentar o seu relatório de contas. No seu entender, aquando da próxima cedência de apoio, que deve ocorrer pelo Dia da Freguesia, a Junta deverá refletir e pensar no que será melhor fazer. No caso do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, este ano, terão mais dificuldades para cobrir as despesas concordando, no entanto, que há desigualdades entre os apoios cedidos às instituições. Emília Gaspar realça, novamente, futuramente, a Junta de Freguesia deverá, pelo menos, clarificar o apoio dado aos idosos e o dado ao ATL. João Davide Leal acrescenta que a parte de apoio aos idosos é dada sempre em separado e numa reunião com o padre da freguesia que é o presidente do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, este solicitou à Junta de Freguesia um acréscimo no apoio cedido ao ATL e a Junta acedeu a este pedido. António Toste referiu ainda que, neste momento, a carrinha encontra-se na Terauto, a necessitar de reparação num valor de 1500 euros e na segunda-feira será necessária para a distribuição de refeições pelas escolas, o que é outra forma de ajudar a suportar os custos. No seguimento deste assunto, ATL, Wendy Vieira refere que no manifesto eleitoral do PSD foi apresentada a seguinte proposta “dinamizar um Centro de Atividades de Tempos Livres”. Questiona o executivo da Junta se se tratou de um erro de redação, se era pretensão dinamizar outro ATL ou o ATL já existente na freguesia. Alberto Melo respondeu que a ideia seria dinamizar o ATL já existente, pois não existe outro. Retomando a palavra, Wendy Vieira questiona o executivo sobre o que o mesmo tem feito para dinamizar o ATL para além do apoio concedido. Alberto Melo responde que a Junta de Freguesia tem

AP 341. J

dado o apoio financeiro e, há dois ou três anos, como o ATL estava fechado no mês de agosto a Casa do Povo, conjuntamente com a Junta, assegurou as atividades de tempos livres para as crianças. Wendy Vieira ressalva que esta atividade não esteve propriamente relacionada com o ATL e adianta que, este ano, em princípio o ATL funcionará durante o mês de agosto. Alberto Melo respondendo refere que as crianças do ATL é que frequentavam as atividades que foram orientadas pela Casa do povo, foi uma forma de ajudar os pais no mês de agosto, pois durante o mesmo não tinham onde colocar os seus filhos. António Toste retomando da palavra questiona, afinal, quando se fala no manifesto eleitoral na dinamização de um centro de atividades de tempos livres do que se trata. Alberto Melo refere que é o do Centro Social e Paroquial. António Toste salienta, seguidamente, que durante estes quatro anos, o apoio da Junta de Freguesia foi apenas financeiro e, no seu entender, a dinamização de um Centro de Atividades de Tempos Livres é outra coisa. Até agora a Junta não fez rigorosamente nada. Questiona, então, se a mesma está disposta realmente em dinamizar o Centro de Atividades de Tempos Livres, assumindo o que se encontra escrito no manifesto eleitoral. Questiona também se o centro Social e Paroquial necessitar de ajuda se a Junta de Freguesia a poderá fornecer. Alberto Melo responde que depende da situação e dos custos envolvidos. António Toste, de seguida, garante que a ajuda será dentro do razoável e do que será melhor para as crianças. Nas suas palavras, o intuito não é fechar nas férias, nomeadamente no mês de agosto, mas também irá depender dos pais, pois há uns que querem que o ATL funcione naquele mês e outros que não o desejam, com uma ou duas crianças é difícil funcionar no mês de agosto. Salienta ainda que Wendy Vieira é secretária da direção do Centro Social e Paroquial e responsável pelo ATL e irão reunir com os pais, de forma a chegarem a um acordo sobre o melhor a fazer durante o mês de agosto. Para além disso, voltou a inquirir o Executivo da Junta de Freguesia relativamente à sua colaboração com o ATL. Alberto Melo responde, novamente, que poderão contar com a colaboração da Junta. -----

----- Relativamente à Canada do Serriola, José Élio Ventura questionou o executivo sobre as obras que eram para se fazer na mesma. Alberto Melo respondeu que se encontra em contacto com o IROA e pediu ao mesmo um ponto da situação. Salienta que em dois mil e vinte e quatro abriram dois avisos para candidaturas, o número oito de quinze de junho a trinta de agosto, a execução física e financeira das obras que teriam que estar concluídas a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Efetivamente nesta data o projeto não estava concluído, mas terminado o quadro comunitário a trinta e um de dezembro não teriam prazo para executar uma obra de sete meses. O aviso número treze de quinze de novembro a dezasseis de dezembro a execução física e financeira das obras da referida canada teriam de estar concluídas a vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. Nesta data, o projeto estava pronto, mas, mais uma vez, não havia prazo para executar a obra. Em dois mil e vinte e cinco abriu o aviso número quinze, de vinte e dois de janeiro a sete de fevereiro a execução física e financeira das obras a candidatar teriam de estar concluídas a trinta de junho, prazo que se mantém até ao momento, mas, mais uma vez, não há prazo para a execução da obra. O mesmo não é suficiente devido a essas sucessivas prorrogações do quadro comunitário. Como tal, nunca foi possível lançar a obra.-----

----- José Élio Ventura retomando a palavra salienta que na reunião de setembro, Alberto Melo disse que em fevereiro lançaria a obra, pois tinham-lhe prometido que estava tudo salvaguardado para a realização das obras na Canada do Serriola. Na altura, questionou o executivo se o projeto já havia sido lançado a concurso. Pergunta, agora, se o sabe. Alberto Melo respondeu que o projeto foi concluído em dezembro passado, falta candidatar a obra. A mesma terá um custo à volta de trezentos e dois mil euros. Destaca que há quatro anos que se está a tratar deste projeto, mas o mesmo não avança. Helena Toste, sobre este assunto, diz que se a verba for canalizada para esta, o novo executivo da Junta terá que fazer a mesma. José Élio Ventura acrescenta que, num dia, o dinheiro é canalizado e noutro não o é. Se tivesse entrado naquele aviso, por exemplo, o de quinze de julho a trinta de agosto, se calhar o projeto não estava concluído nesta altura e mesmo aquele que a execução era até vinte e oito de fevereiro se tivesse entrado, a prorrogação depois podia puxar para junho e as coisas executavam-se. -----



----- Em relação ao parque de estacionamento, José Élio refere que já tinha dito que não poderia haver este tipo de obra neste concurso. Alberto Melo confirma tal situação. -----

----- Seguidamente, José Élio Ventura questiona o executivo relativamente à Zona de Banhos, Canada da Praia, cuja obra foi contratualizada há quatro anos. Pergunta ainda sobre os acessos à Estrada de Cima da Serra, o alargamento da Canada do Capitão, o melhoramento do acesso à zona residencial do Alto da Serra e a requalificação da Canada do Espigão, acrescentando que tem que haver algum financiamento para o projeto. Alberto Melo acrescenta que o projeto foi reprovado. José Élio Ventura salienta que foi dito pelo presidente do executivo que não existiam condições para fazer a obra de requalificação da Canada do Espigão. No entanto, terão, agora, o Contrato Interadministrativo da Câmara. Questionou ainda o executivo sobre o gabinete de apoio ao agricultor que não se encontra a funcionar. Destaca que já havia dito que este gabinete valia zero, que seria deitar dinheiro fora, pagavam a uma funcionária para não fazer nada, pois a Ribeirinha encontra-se nas proximidades dos Serviços de Desenvolvimento Agrário. Alberto Melo responde que o gabinete de apoio ao agricultor era importante para a apresentação de candidaturas. José Élio retorquiu que o gabinete de apoio ao agricultor não apresenta condições e a prova é que o mesmo fechou. Alberto Melo afirma que fechou, mas que irá reabrir. O mesmo fechou porque os serviços da Praia da Vitória estavam com dificuldades de funcionários e a da Ribeirinha foi substituir os que se encontravam de baixa. José Élio, de seguida, questionou se vão ter candidaturas aos apoios ou não. Alberto Melo responde que ainda não. José Élio, retomando a palavra, diz que não existem condições para fazer candidaturas na Ribeirinha. Depois questionou o executivo sobre a construção de postos de abastecimento de água, a Canada do Salgado e da Serreta, a ligação da Canada do Gomes à da Atalaia. Realça que nenhuma das obras acima citadas foram intervencionadas. Diz igualmente que Alberto Melo havia referido que tinha o compromisso de intervenção no caminho que vai dar à Grotta da Chouriça e hoje diz que não há dinheiro. Acrescenta também que, ao chegar ao fim do mandato, deve ter a sensação que, de relevo, nada se fez na Ribeirinha e lamenta que tenha sido assim. Deixa ainda duas notas importantes: a secretaria da Agricultura, este ano, tinha mais dez milhões de euros. O ano passado, a Secretaria teve de pegar em mais de dez milhões de euros e colocar no PSEI para não haver rateios. Este ano, os dez milhões não vão sair do orçamento da Secretaria, quem vai pagar é o Governo da República. A Secretaria libertou mais dez milhões. Não percebe como a Secretaria não liberta algum dinheiro. Em relação ao regulamento de apoio às coletividades José Élio Ventura refere que teria vergonha de dar um apoio de cento e vinte e cinco euros. Alberto Melo destaca que foi um apoio para as mesas das duas sociedades filarmónicas pelo Carnaval. Ressalva que, ao longo do ano, as coletividades recebem outros apoios. José Élio refere ainda que, principalmente o apoio aos idosos é escasso e lamenta a não existência de um regulamento de apoio às coletividades. Salienta ainda a carrinha que Alberto Melo disse, numa reunião anterior, que não precisava e, neste momento, prepara-se para a sua aquisição. Concluindo a sua intervenção, neste ponto, José Élio Ventura diz que a seis meses das eleições pouco se tem feito na Ribeirinha e lamenta tal facto. -----

----- **Ponto Dois** - Apreciação do inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como a respetiva avaliação. -----

----- Relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia começou por dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia Alberto Melo, este por sua vez, concedeu-a ao tesoureiro João Davide Leal. Este explicou que como em anos anteriores no inventário de bens constam todos aqueles que a Junta possui. Referiu ainda que pela nova norma contabilística permite as amortizações apenas na contabilidade patrimonial, por essa razão não foram efetuadas amortizações no inventário. -----

----- Não havendo dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia, deu assim, o ponto dois da ordem dos trabalhos como apreciado pela Assembleia de Freguesia. -----

----- **Ponto Três** - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de dois mil e vinte e quatro. -----

AP
ML
/

----- O Presidente da Assembleia cedeu de novo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, este por sua vez, concedeu-a ao tesoureiro. João Davide Leal procedeu de forma sucinta aos esclarecimentos tidos por necessários através da explicação dos documentos enviados por *email* a todos os elementos da Assembleia de Freguesia. Este explicou que as contas foram efetuadas com base na NCP-vinte e seis - Norma de Contabilidade Pública vinte e seis. Este critério é aplicável às autarquias locais entidades que nas duas últimas prestações de contas apresentem um montante global de despesa inferior ou igual a um milhão de euros, que é obviamente o caso em que se inclui a Junta de Freguesia da Ribeirinha. -----

----- João Davide Leal elucidou que o valor no que respeita às despesas da freguesia foi nomeadamente de duzentos e cinco mil setecentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro centimos em dois mil e vinte e dois e em dois mil e vinte e três o valor de cento e noventa e três mil cento e oitenta e três euros e cinquenta e três centimos. Salientou que as receitas arrecadas no ano de dois mil e vinte e quatro totalizaram o montante de duzentos e onze mil quatrocentos e quarenta e dois euros e noventa e nove centimos e que o total previsto foi de duzentos e sessenta e oito mil oitocentos e noventa e seis euros e setenta e sete centimos sendo elas constituídas por cento e noventa e um mil cento e cinquenta e oito euros e vinte e dois centimos de receitas orçamentais, sendo que vinte mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete centimos vinte mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete centimos de saldo de gerência anterior sendo que a sua composição era 80,46% de receitas correntes e de 19,54% de receitas de capital. O tesoureiro passou a descrever as principais receitas correntes, tais como: Imposto diretos (vulgo IMI) quatro mil cento e sete euros e sessenta e cinco centimos, as taxas multas e outras penalidades no valor de mil cento e vinte e sete euros e cinquenta centimos resulta de todas as taxas cobradas na junta, despesas com a Casa Mortuária e impressos cobrados aos utentes na junta de freguesia. Rendimento de propriedade (terrenos e arrendamento das escolas) no valor de quatro mil cento e noventa e oito euros e setenta e três centimos, transferências correntes cento e cinquenta mil e quarenta e oito euros e setenta e dois centimos proveniente sobretudo do FFF, o meio tempo do Presidente da Junta de Freguesia e o contrato de delegação de competências. Vendas de bens e serviços correntes no valor de dez mil seiscentos e cinquenta e dois euros e sessenta e dois centimos que é sensivelmente proveniente dos correios e da EDA. Em termos de Receitas de capital, vendas de bens de investimento quatro mil e oitocentos euros (sepulturas), transferências de capital no valor de quinze mil novecentos e setenta e três euros foi do contrato interadministrativo para a construção dos suportes dos caixotes do lixo, do miradouro e da DROAP. Foi ainda devolvido duzentos e cinquenta euros (reposição não abatidas aos pagamentos) referente à devolução à Secretaria Regional da Habitação do contrato da senhora Eugénia Couto, uma vez que passou o prazo. Saldo de gerência anterior o valor de vinte mil duzentos e oitenta e quatro euros e setenta e sete centimos. Principais despesas, as despesas totais ascenderam ao valor cento e noventa e cinco mil duzentos e trinta e três euros e quarenta centimos, de um total previsto vinte e seis mil oitocentos e vinte e seis correspondente a uma execução inferior em dezoito mil quinhentos e quinze euros em relação ao inicialmente previsto. Das principais despesas surgem as com o pessoal no valor de cinquenta e quatro mil novecentos e nove euros e noventa e oito centimos. O valor de oitenta mil trezentos e trinta e nove euros e cinquenta e três euros na aquisição de bens e serviços. Em aquisição de bens de capital temos apenas vinte e nove mil setecentos e sessenta e três euros e cinquenta e quatro centimos que estão divididos entre o telheiro e o miradouro feito o ano passado. Outras despesas de capital foram no valor de quatro mil e duzentos euros. Outras despesas de capital foi a restituição do abono da senhora Eugénia Couto no valor de quatro mil e oitocentos euros.-----

----- De salientar que nas despesas correntes cumpriu-se o princípio das regras orçamentais. Nomeadamente tendo sido apurado um saldo positivo. Em jeito de conclusão João Davide Leal diz que a escassa receita própria torna demasiado dependentes das transferências do estado receitas de estado. Apesar destes constrangimentos, a Junta conseguiu cumprir com os seus objetivos em dois mil e vinte e quatro. Em termos de resultado líquido, o ano económico de dois mil e vinte e quatro, após o

encerramento é de menos quatro mil e setenta e cinco euros e dezoito cêntimos, o que não corresponde a um saldo negativo, é apenas em relação ao ano anterior. -----

----- José Élio Ventura interrompe a explanação do tesoureiro, dizendo que a Junta de Freguesia está cheia de dinheiro, uma vez que é detentora de sessenta mil euros de saldo em conta. Ao que o tesoureiro lhe responde que pode ter lá é os sessenta mil euros e não poder gastar um euro que seja, pois este valor corresponde às receitas orçamentais já consignadas.-----

----- O tesoureiro continua a explicar as contas referindo-se às principais despesas como seja a Aquisição de bens e serviços onde engloba várias coisas: de salientar as principais despesas como sejam a conservação de bens no valor de sete mil trezentos e quarenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos, materiais para eventos três mil trezentos e sessenta e nove euros e noventa e seis cêntimos. No dia da freguesia foi gasto mil e oitenta euros (comidas e bebidas). No mercado de Natal, foi gasto o valor de novecentos e sete euros, no evento da catequese o valor de cento e cinquenta euros. Em flores, para diversos eventos, o valor de cento e sessenta e seis. Gastou-se a quantia de cento e quarenta e oito euros nos pequenos-almoços na viagem à ilha da Graciosa com os idosos. Na iluminação de Natal gastou-se setecentos e quarenta e quatro euros e em despesas diversas o valor de cento e setenta e três euros. -----

----- António Toste pede intervenção questionando se o apoio dos quinhentos euros é dado para a marcha ou para a filarmónica. João Davide Leal disse que é para a filarmónica e que para as marchas foi dado duzentos euros a cada marcha. Quanto à concessão de sepultares refere que é um assunto que tem de ser bem ponderado, pois, ainda estamos em abril e já estamos com oito, questionando assim, se será pelo facto de estarmos a concessionar demasiado barato. O tesoureiro disse que é realmente assunto a pensar rapidamente, pois ou a Junta de Freguesia suspende com a concessão de sepulturas ou então tem de expandir o cemitério. Continuando a sua intervenção António Toste pergunta sobre os protocolos que não foram recebidos em dois mil e vinte e quatro, questiona então se estes serão pagos em dois mil e vinte e cinco. -----

----- João Davide Leal continua a explanar as maiores despesas como seja a rubrica dos prémios com condecorações e ofertas no valor de doze mil euros, em que está englobado o valor sete mil quatrocentos e noventa e oito euros para a oferta da Igreja (genuflexório). Para as ofertas aos participantes no mercado de Natal o valor de seiscentos e cinquenta euros e para bombons e os calendários para oferta aos cidadãos da freguesia no valor de mil duzentos e doze euros. Este continuou a explicar as dúvidas surgidas em alguma rubricas como seja o valor de mil e oitocentos euros em publicidade, em que este refere que este valor corresponde a painéis/lonas como sejam das coletividades da freguesia e do mercado de Natal. Quanto à rubrica de estudos e pareceres, este disse que corresponde às despesas com a empresa de contabilidade, SISDIAS.-----

----- Em face ao supra explanado, o Presidente da Assembleia levou o ponto 3 a votação. Tendo sido aprovado por maioria, com cinco votos a favor do grupo do partido social democrata e quatro abstenções do grupo do partido socialista. -----

----- **Ponto Quatro** - Apreciação e votação do Relatório do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de dois mil e vinte e quatro. -----

----- Neste ponto, o Presidente da Assembleia começou por dar a palavra a Alberto Melo, que a cedeu a João Davide Leal. Este lembrou que a Junta de Freguesia desde dois mil e vinte e três tem um plano de gestão de riscos de corrupção, aprovado em Assembleia de Freguesia. No fim de cada ano é, então, elaborado um relatório do que foi feito. Salientou que o mesmo tem funcionado como referência de conduta, colaborando para um nível fraco de práticas de infrações, por parte da autarquia. -----

----- Não havendo intervenções neste ponto, o Presidente da Assembleia levou mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

AP
BM.

----- **Ponto Cinco** - Apreciação e votação da Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento e PPI de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da Assembleia cedeu a palavra a Alberto Melo, que a concedeu a João Davide Leal. Este mencionou que na segunda revisão orçamental há novas rubricas e alguns reforços, na parte da receita. Ou seja, há alterações modificativas da receita, com a inscrição de reforços na rubrica de compensação a meio tempo do Presidente da Junta, no valor de mil e sessenta e um euros (despesas de representação). Para além deste valor destaca dois mil seiscentos e cinquenta e três euros dos baldios, oito mil e quinhentos euros do Contrato de Delegação de Competências para a parte da despesa corrente e quatro mil e duzentos euros dos jazigos e sepulturas. Para além destes referiu os investimentos dos protocolos que serão votados, nomeadamente para a aquisição de uma viatura no valor de trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco euros, para o arranjo dos tetos das antigas escolas o valor de três mil novecentos e setenta e oito euros, a compra de uma casa para a construção de um parque de estacionamento no valor de trinta e sete mil e quatrocentos euros. -----

----- Para além destes, referiu ainda a requalificação da Zona à Poça no valor de sessenta e dois mil seiscentos e quarenta euros, a construção do alpendre na Zona de Lazer no valor de quarenta e mil quatrocentos e doze euros, a renovação do Parque Intergeracional no valor de dezoito mil quinhentos e cinquenta e nove euros. Salientou também o Contrato Interadministrativo que irá financiar a obra da Canada do Espigão no valor de onze mil e quinhentos euros. Adiantou também que há um crédito especial no valor de dezasseis mil duzentos e nove euros e cinquenta e nove centimos, saldo que transita de um ano para o outro, que reforça a rubrica “prémios, condecorações e ofertas” em dois mil euros e que o valor para materiais para conservação de bens é de quatro mil e duzentos euros. -----

----- Após inscrição, António Toste interveio dizendo que a rubrica “Bens e Serviços” encontra-se aberta com trinta e sete mil euros com um reforço de dez mil euros. Essa rubrica está, assim, com quase sessenta e quatro mil euros. Na sua opinião, certamente, será porque é preciso e para aquilo que a Junta de Freguesia necessita. Destacou também que o pagamento a meio termo do Presidente da Junta foi reforçado em mil e sessenta e um euros, perfazendo dez mil e cinquenta e oito euros. Questionou, posteriormente, o tesoureiro da Junta perguntando se neste valor já se encontrava o abono auferido por Alberto Melo. -----

----- João Davide Leal confirmou, de seguida, o valor de dez mil e cinquenta e oito euros e mencionou que há uma nova verba a ser paga ao Presidente da Junta, mas que ainda tal não acontece, aguardando informações de como proceder ao pagamento da mesma. Essa verba rondará os duzentos euros por mês. A mesma destina-se a despesas de representação, foi criada este ano para os elementos das Juntas de Freguesia que se encontram a meio termo, dependendo o seu valor do número de eleitores em cada freguesia. -----

----- Para finalizar a sua intervenção relativamente a este ponto, João Davide Leal destacou que nesta revisão encontram-se incluídos todos os protocolos e candidaturas que foram aprovados e alguns ainda não assinados. -----

----- Não havendo mais inscrições por parte dos elementos da Assembleia de Freguesia relativamente a este ponto, o Presidente da mesma levou-o a votação, resultando em cinco votos a favor por parte dos elementos do PSD e quatro abstenções por parte dos representantes do PS, sendo aprovado por maioria. -----

----- **Ponto Seis** - Ratificação do Protocolo entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e quatro. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo que a deu a Helena Toste. Esta explicou que este é um protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, sendo concedido um apoio financeiro de cinquenta euros por cada inumação realizada na freguesia. -----



----- Não havendo dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Sete** - Ratificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Anuais entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo que a passou, por sua vez, a Helena Toste. Esta explicou que este Contrato se trata de um apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no valor de trinta e nove mil seiscentos e seis euros e oitenta cêntimos para manutenção e gestão de espaços públicos, como limpeza da via da pública. Ou seja, destina-se aos serviços que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo delega na Junta e esta, por sua vez, executa. -----

----- Não havendo dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Oito** - Ratificação do Acordo de Cooperação entre a Região Autónoma dos Açores e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em treze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo. Este começou por explicar que este Acordo se destina à aquisição de uma viatura. A mesma terá um custo de quarenta e quatro mil e cem euros, será comparticipada em trinta e sete mil quatrocentos e oitenta e cinco euros, o que corresponde a oitenta e cinco por cento do investimento total. -----

----- Na sequência da explanação feita por Alberto Melo, José Élio Ventura questionou de que viatura se tratava e se era a que estava prevista no manifesto. -----

----- Alberto Melo esclarece que não era a viatura de vinte e um lugares pretendida. Apesar dos seus esforços junto de várias instituições, não foi possível conseguir a verba para a aquisição deste tipo de viatura. Refere ainda que a abertura das novas candidaturas e a sua posterior aprovação possibilitou a aquisição desta viatura de nove lugares, que é nova e está previsto chegar em junho. Adiantou ainda que a Junta de Freguesia terá que a comparticipar num valor de cerca de seis mil euros. -----

----- José Élio ressaltou, no entanto, que esta viatura de nove lugares não foi a prometida aquando da campanha e constante do manifesto eleitoral do PSD. -----

----- Helena Toste interveio dizendo que foi a aquisição possível, consoante a verba disponível e que em sua casa também faz uma gestão, entre o nada e o pouco é preferível o pouco. Menciona ainda que esta viatura servirá todas as instituições da freguesia que dela necessitem. -----

----- José Élio Ventura retorquindo diz que não é entre o nada e o pouco, trata-se daquilo que foi prometido em campanha eleitoral, aquilo com que se comprometeram com as pessoas da Ribeirinha. Salienta que quando se compromete com algo tenta cumprir. Continuando a sua intervenção, José Élio refere que na execução financeira das candidaturas só adiantam quarenta por cento, o que significa que a entidade tem de comparticipar com sessenta por cento. -----

----- João Davide Leal esclarece que já manietaram os quarenta por cento no caso da aquisição da viatura, depois tem de apresentar a fatura e solicitar o reembolso do restante. Seguidamente, José Élio Ventura menciona que a Junta de Freguesia possui um fundo de maneio para executar o projeto. Nas suas palavras, por exemplo, num projeto de quarenta e quatro mil euros são adiantados catorze euros. Questiona, de seguida, João Davide Leal no sentido de perceber se a Junta de Freguesia tem que ter capacidade para ter mais trinta mil euros e depois é que vai pedir o reembolso. Depois pergunta se a Junta possui fundo de maneio. -----

AP
En. /

----- À primeira questão, João Davide responde afirmativamente e à segunda responde sim e não, pois tem que fazer contratação pública e vai pedir um prazo de pagamento, solicitando trinta ou sessenta dias para pagar. -----

----- José Élio Ventura pergunta se a Junta irá contratar uma forma de pagamento faseada sobre o reembolso e sobre a fatura e não sobre o recibo. -----

----- João Davide responde afirmativamente e garante a aquisição desta viatura de nove lugares será um bom investimento para a freguesia, enriquecendo-a. -----

----- Não havendo mais dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido votado por unanimidade. -----

----- **Ponto Nove** - Ratificação do Contrato-Programa entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo. Este explicou que este Contrato-Programa destina-se à conservação de edifícios na freguesia e será um apoio de onze mil e quinhentos euros. -----

----- Não havendo intervenções relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dez** - Ratificação do Contrato Interadministrativo entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em quinze de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo que referiu que este Contrato Interadministrativo contribuirá para a construção, reparação e manutenção de equipamentos de lazer no valor de mil e oitocentos euros, conservação e limpeza de margens, leitos, ribeiras e grotas no valor de dois mil e setecentos euros, proteção e limpeza da orla costeira no valor de mil seiscentos e cinquenta euros, remoção de lixeiras ilegais no valor de mil duzentos e cinquenta euros e conservação, limpeza e manutenção de miradouros no valor de mil e cem euros. -----

----- Não havendo inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia sujeitou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Onze** - Ratificação do Acordo de Colaboração entre a Região Autónoma dos Açores, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. -----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo que mencionou este Acordo de Colaboração destina-se à requalificação do percurso pedestre "À Poça". O custo total do investimento é apoiado em sessenta e dois mil seiscentos e quarenta euros, com a participação direta a fundo perdido de sessenta e dois mil seiscentos e quarenta euros, o que corresponde a cem por cento do investimento. -----

----- Logo de seguida, José Élio Ventura intervindo destaca o valor de sessenta e dois mil seiscentos e quarenta euros para o investimento "À Poça" quando ele achava que a obra já estava concluída. Questiona, então, o que se pretende fazer em concreto. -----

----- Alberto Melo responde que a obra agora é que se vai executar, não se encontrando nada feito. Realça que se trata de uma área grande, que tem paletes e arame farpado. Estes foram retirados e no lugar dos mesmos serão feitas paredes em pedra procedendo-se igualmente à asfaltagem em cimento e à construção de degraus, pois o piso encontra-se muito degradado. O acesso é difícil e tal acarreta despesas com máquinas, nomeadamente uma *bobcat* pequena, que tem um custo elevado. ---

XP
21.

----- Posteriormente, José Élio Ventura questiona se esta obra é uma contratação pública e se é com fatura ou adiantamento. Alberto Melo responde afirmativamente à primeira pergunta e, quanto à segunda, esclarece que adiantam uma parte, as obras vão sendo feitas e vai-se fazendo os pedidos. Destaca que foram já concedidos vinte e cinco mil euros e o restante será posteriormente.-----

----- Não havendo mais dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Ponto Doze** - Ratificação do Acordo de Cooperação entre a Região Autónoma dos Açores e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em vinte e oito de março de dois mil e vinte e cinco.-----

----- O Presidente da mesa da Assembleia de Freguesia cedeu a palavra a Alberto Melo. Este salientou que este Acordo de Cooperação contribuirá para a aquisição de uma moradia devoluta, no Terreiro dos Ramalhetes, sendo, posteriormente, construído um parque de estacionamento. Segundo o Presidente da Junta, o custo total da casa é apoiado em quarenta e quatro mil euros, com compensação direta a fundo perdido no valor de trinta e sete mil e quatrocentos euros, correspondente a oitenta e cinco por cento do investimento total.-----

----- José Élio Ventura questionou, de seguida, o Presidente da Junta sobre o número de lugares de estacionamento que esta obra permitirá.-----

----- Alberto Melo responde que permitirá seis estacionamentos, o que, no seu entender, é pouco. No entanto, não é possível mais, devido ao espaço exíguo.-----

----- João Davide Leal sobre este ponto salientou ainda que se trata de um investimento caro. Porém, necessário pois trata-se de uma zona de difícil estacionamento. Realça ainda que o financiamento para a obra não se encontra assegurado.-----

----- António Toste tomando da palavra refere que é de louvar o facto da Junta de Freguesia fazer o parque, pois o estacionamento naquela zona é difícil. Todavia, considera ser um investimento caro, considerando que a aquisição da casa foi no valor de quarenta e quatro mil euros, para estacionar somente seis carros.-----

----- Não havendo mais dúvidas ou inscrições relativamente a este ponto, o Presidente da Assembleia levou-o a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia solicitou à primeira secretária da Assembleia, a leitura da Minuta das Deliberações tomadas. Esta depois de lida foi sujeita a votação, tendo sido aprovada pelos membros da Assembleia de Freguesia, de forma unânime.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou, seguidamente, ser este o momento para a intervenção do público, mas dado não ter havido público presente e não havendo mais nada a tratar, agradeceu aos presentes a forma como decorreu a Assembleia e deu os trabalhos como encerrados pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)



A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,
Ângela de Fátima Pereira Borges Pires
(Ângela de Fátima Pereira Borges Pires)

O 2º Secretário da Assembleia de Freguesia,
Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda
(Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda)

A Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, em reunião realizada a 21 de abril de 2025, deliberou por unanimidade remeter à Senhora Secretária Regional da Saúde e Segurança Social o parecer/recomendação que a seguir se transcreve:

Recomendação

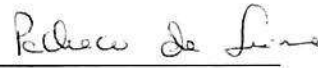
Considerando todas as diligências efetuadas para a instalação e abertura de uma creche na EB1/JI Ribeirinha, que constam do ofício enviado via email, datado de 28 de fevereiro de 2025, por parte do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha - IPSS, em parceria com a Casa do Povo do Porto Judeu e com a colaboração e apoio da Junta de Freguesia da Ribeirinha;

Considerando o Plano Regional Anual 2025 do XIV Governo Regional dos Açores para o ano 2025, que refere como prioridade o aumento significativo do número de vagas gratuitas em creche, bem como o aumento de respostas sociais;

Considerando, ainda, que a época de inscrições de matrículas para o ano letivo 2025/2026 decorrerá em maio próximo.

Vem a Assembleia de Freguesia da Ribeirinha solicitar uma maior atenção de sua excelência na análise deste pedido.

O Presidente da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha

  
João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima